

INCLUSÃO ESCOLAR DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO COMUM E NO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

Autor: Saulo Fantato Moscardini

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP/FCLAr)

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar.

Co-Autora: Prof. Dr. Silvia Regina Ricco Lucato Sigolo

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP/FCLAr)

Departamento de Psicologia da Educação.

Resumo

O objetivo desse trabalho consiste em pontuar os aspectos que caracterizam as intervenções pedagógicas realizadas com os alunos com deficiência intelectual incluídos na escola regular tanto pelos docentes das classes comuns nas quais se encontram inseridos, quanto pelos educadores responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado garantido a essas crianças. Resultado de uma pesquisa realizada em nível de mestrado que procurou acompanhar quatro sujeitos aceitos como possuindo deficiência intelectual pelos professores especialistas tanto nos momentos nos quais se encontravam no ensino comum, quanto nos períodos que frequentavam o serviço de apoio, essa investigação se valeu como ferramenta de coleta de dados da observação sistematizada desses alunos e do estudo de documentos que incidissem de alguma forma sobre o processo de escolarização desses indivíduos, sendo aceita como um estudo de caso de caráter qualitativo. As informações elencadas foram sistematizadas em categorias de análise estruturadas com base nas questões que nortearam a pesquisa e operacionalizadas segundo a teoria de análise de conteúdo de Laurence Bardin. O estudo desses dados revelou um contexto no qual os professores do ensino comum não se mostram preparados para atender as demandas impostas pelas crianças com deficiência intelectual, não sendo garantidas a esses profissionais as condições de trabalho adequadas para que possam organizar iniciativas que sejam capazes de suprir as singularidades inerentes a esse público. No que se refere ao Atendimento Educacional Especializado, nota-se uma realidade onde o professor, em virtude de atender individualmente o aluno, consegue estabelecer com esse indivíduo uma relação mais próxima, sistematizando dinâmicas voltadas para as urgências trazidas por essa criança, todavia, essa proximidade não afiança a operacionalização de iniciativas de ensino inovadoras que se mostrem aptas a tornarem significativo aos olhos dos alunos os conteúdos trabalhados nessa proposta de atendimento, garantindo o pleno desenvolvimento cognitivo desses indivíduos.

Palavras-chave: prática docente; deficiência intelectual; processo de inclusão escolar.

Introdução:

O processo de inclusão escolar vem assumindo papel de destaque na maioria dos eventos que se ocupam em debater questões relacionadas ao universo educacional contemporâneo. Sendo aceito como a nova missão da escola, esse movimento se orienta pelo respeito às singularidades apresentadas pelo aluno, reconhecendo essas crianças como indivíduos que possuem características particulares que devem ser consideradas na elaboração de iniciativas pedagógicas que objetivem garantir o desenvolvimento cognitivo desses sujeitos, cujo apoio se dá por meio de atendimentos especializados voltados às especificidades dessa população.

Representando um ideário a ser constantemente perseguido na luta por uma sociedade mais justa, a estruturação de um sistema educacional que, de fato, promova a inclusão escolar e social de todos os alunos deve ser compreendida como um processo complexo que depende de uma profunda reordenação política, econômica, histórica e pedagógica, suplantando a mera operacionalização de uma legislação que procure afiançar os direitos das pessoas com deficiência em um regime democrático. Este movimento deve ser dirigido por uma transformação social na qual a diversidade seja reconhecida como inerente ao gênero humano de forma que sejam garantidas a todos os indivíduos que apresentam alguma deficiência as condições imprescindíveis para que assumam papéis relevantes no meio social ao qual pertencem.

Dentre as populações historicamente excluídas do contexto do ensino comum e que agora passam a ser inseridas nessa realidade, cabe destacar o público formado por alunos com deficiência intelectual, uma vez que esses indivíduos representam a maior parte das crianças com deficiência matriculadas em salas regulares (SIQUEIRA, 2008). Ao se deter sobre o estudo das iniciativas pedagógicas ofertadas a esses sujeitos, Dainêz (2009) constata que apesar dos avanços alcançados pelo movimento inclusivo, os alunos que apresentam essa condição ainda se deparam com situações que dificultam a superação das barreiras que enfrentam durante o seu processo de aprendizagem, enfatizando as contradições próprias a dinâmica inclusiva que, no entender dessa autora, só ocorrerá de fato quando for garantida a todas as pessoas, independentemente das especificidades que possuem, a participação na vida social e o acesso aos bens culturais inerentes a essa realidade.

A escola parece não estar preparada para oferecer o real acesso cultural aos alunos com deficiência intelectual, à medida que suas práticas ainda se orientam por uma visão negativa, segregada e problemática desse público, propondo um ensino que desconsidera os sujeitos, não lhes permitindo que tenham acesso ao produto social historicamente construído pela humanidade. Nesse sentido, as práticas pensadas com vista a facilitar a inclusão escolar das crianças com deficiência intelectual acabam por contribuir ainda mais para a sua segregação, indicando que tanto a garantia ao direito à inclusão quanto a oferta de atendimentos especializados avalizadas pelos documentos oficiais não subsidiam a manutenção de iniciativas que colaborem para a inserção desses sujeitos no ensino comum.

Gomes (2005) aponta que a legislação educacional brasileira assume como relevante o atendimento amplo e irrestrito das crianças que apresentam deficiência preferencialmente na rede regular de ensino de forma que a Educação Especial não seja mais vista como um sistema de ensino paralelo à educação regular. No que se refere à escolarização do aluno com deficiência intelectual inserido em classes comuns, essa autora destaca a necessidade que ao conceito de “escola inclusiva” sejam atreladas as idéias de “escola para todos” e de “escola de qualidade”, defendendo que o progresso acadêmico desses indivíduos deve ser mensurado tomando como base os avanços que apresentam em todas as esferas do seu desenvolvimento.

A inclusão escolar dessa população demanda a elaboração de propostas que sejam capazes de avaliar a participação social desses sujeitos, não desconsiderando as singularidades que apresentam em razão de um discurso que defende o direito à diversidade. A dinâmica inclusiva deve ter como pressuposto fundamental a constituição de uma sociedade que assegure os direitos de todos os cidadãos, sem realizar nenhum tipo de diferenciação com base nas particularidades apresentadas por essas pessoas, assegurando a elas todos os recursos imprescindíveis para que participem ativamente do meio social ao qual pertencem. A implementação dessa realidade demanda uma reflexão sobre os processos inerentes a aprendizagem dos sujeitos com deficiência, haja vista que além da melhoria nas condições físicas, o sistema educacional deverá prover o favorecimento de situações potencializadoras de ensino que levem em consideração as experiências e as informações que habitam o ambiente escolar, tomando-as como essenciais nesse processo.

A discussão da escolarização do aluno com deficiência intelectual passa pela organização de práticas de ensino que contemplem a oferta de uma educação para a cidadania, deixando em evidência o papel da escola enquanto uma instituição social que deve viabilizar a inserção cultural de todos os sujeitos que se encontram sobre a sua responsabilidade, rediscutindo as iniciativas voltadas para a educação da criança com deficiência, uma vez que elas se baseiam em um ensino orientado para a reprodução de um padrão didático que reforça práticas infantilizadoras que acabam por inviabilizar a esses indivíduos a experimentação de novas realidades.

A escola inclusiva deve se pautar pela busca constante da valorização da diversidade humana, repensando as categorizações e concepções atreladas aos seus alunos, ao mesmo tempo em que assume o compromisso com o oferecimento do atendimento pedagógico necessário para que todas as crianças alcancem o êxito acadêmico, independentemente das singularidades que possam apresentar. Essa realidade se contrapõe a um ambiente no qual o ensino oferecido ao sujeito com deficiência intelectual parece ignorar as esferas social e cultural inerentes a condição humana, reduzindo a complexidade educacional a uma dimensão meramente técnica de treino de habilidades. Nesse sentido, apesar do caráter otimista do qual se reveste a inclusão escolar do aluno que apresenta um quadro deficitário, nota-se que ainda prevalece a idéia segundo a qual esse sujeito deve se enquadrar em um padrão específico de aluno de forma que o seu acesso ao ensino comum seja garantido.

A matrícula e a permanência de crianças com deficiência na escola devem ser consideradas os pontos iniciais para a sua participação social. Entretanto, se por um lado a estruturação legal da matrícula desses sujeitos possibilitou a inserção desse público no ensino comum, por outro, não parece existir nenhum processo de avaliação e de acompanhamento desses alunos que se proponha a indicar o progresso alcançado por essas pessoas (SIQUEIRA, 2008). Essa constatação se ampara em um contexto onde o conceito de “educação inclusiva” ainda não se encontra definido com clareza, sendo compreendido atualmente como um processo no qual a instituição escolar deve apresentar condições de oferecer o acesso e a permanência de todos os alunos, substituindo mecanismos de discriminação por procedimentos de identificação e de remoção das barreiras que possam surgir para a aprendizagem desses indivíduos.

Observa-se que a escola enfrenta inúmeras dificuldades ao estruturar práticas inclusivas, de forma especial, quando se trata de suprir as singularidades impostas pelo

processo de ensino-aprendizagem das crianças com deficiência intelectual. Nesse contexto, o professor é visto como sendo o principal responsável pelo bom andamento de iniciativas que sejam capazes de atender às particularidades apresentadas por esse público, desconsiderando a complexidade inerente à dinâmica educacional e desvinculando essa realidade de questões de ordem política, econômica e social. As demandas específicas ao trabalho dos docentes são ignoradas, secundarizando os problemas que enfrentam para compreender as especificidades desse alunado que agora se veem obrigados a atender e para o qual não foram formados.

Pletsch (2010) relaciona as lacunas inerentes à formação oferecida aos educadores com a dicotomia existente entre Educação Especial e ensino comum, indicando que essa situação subsidia uma concepção estática de desenvolvimento humano onde se estabelece uma diferença clara entre os sujeitos aceitos como normais e seus pares com deficiência. Para essa autora, o fato desses profissionais não possuírem os conhecimentos necessários para compreenderem as características próprias a uma condição deficitária inviabiliza que estruturam atividades adaptadas às necessidades trazidas por esse público, supervalorizando as habilidades cognitivas dos alunos, o que representa um entrave para a inclusão escolar de crianças com deficiência intelectual, uma vez que as barreiras enfrentadas por esses sujeitos no decorrer do seu processo de escolarização se relacionam diretamente com a baixa expectativa de desenvolvimento cognitivo depositada sobre eles.

Muitas vezes o conteúdo acadêmico trabalhado com o aluno com deficiência intelectual é apresentado desprovido de sentido, sendo centrado em dinâmicas que tomam como base o treino e a memorização, se orientando por atividades elementares que não conseguem estimular as crianças a compreenderem a dimensão social inerente ao processo de ensino-aprendizagem. Essa constatação indica que o sucesso do movimento inclusivo depende da reorganização da prática docente de modo que essas iniciativas incidam sobre todas as variantes que exercem influência sobre a aprendizagem do aluno, impondo uma realidade na qual os professores compreendam esses sujeitos a partir do potencial que encerram.

A discussão das condições que caracterizam a inclusão escolar da criança com deficiência intelectual não pode desconsiderar a importância que o Atendimento Educacional Especializado assume nessa realidade. A função a ser exercida pelo professor responsável por esse serviço é esclarecida pelas Diretrizes Operacionais para

o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica: modalidade Educação Especial, indicando que esse educador deve se ocupar com a oferta de estratégias de ensino e de recursos de acessibilidade aos alunos com deficiência que viabilizem a plena participação social e o desenvolvimento da aprendizagem desses indivíduos (BRASIL, 2009). A esse profissional cabe estruturar iniciativas que complementem e/ou suplementem o trabalho ao qual o aluno com deficiência é submetido no ensino comum, procurando desenvolver nessas crianças as habilidades exigidas pela sua inserção escolar, enquanto a responsabilidade pela promoção da aprendizagem das áreas do conhecimento científico é atribuída unicamente ao docente da classe regular.

A proximidade que deve existir entre as propostas de apoio oferecidas aos alunos com deficiência e o ensino comum é constantemente realçada nos documentos oficiais, destacando que essas iniciativas devem se articular com a proposta pedagógica da sala regular de forma que seja viabilizada a construção de dinâmicas de trabalho que congreguem esses contextos em torno de objetivos comuns. O Atendimento Educacional Especializado oferecido à criança com deficiência intelectual deve permitir a mudança de uma posição passiva e automatizada diante da aprendizagem para o acesso e a apropriação ativa do saber, avalizando a construção de uma rede colaborativa interdisciplinar que abarque todas as instituições que estejam envolvidas, de forma direta ou não, no atendimento a essa população.

Tendo como base os apontamentos realizados, o trabalho que aqui se apresenta possui como meta caracterizar as práticas pedagógicas empreendidas pelos professores envolvidos na inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual, tanto no ensino comum, quanto no Atendimento Educacional Especializado, discutindo a maneira como as intervenções docentes se estruturam nessas realidades e apresentando suas características, semelhanças e disparidades de modo a indicar os resultados alcançados por essas iniciativas a partir das respostas apresentadas pelos alunos a essas intervenções.

Método:

Esse trabalho se orientou por uma perspectiva qualitativa de pesquisa, tendo sido realizado em uma escola municipal pertencente à rede pública de educação de uma

cidade de médio porte do interior paulista que oferecia o primeiro ciclo do ensino fundamental (1º ao 5º ano). Como participantes desse estudo foram selecionadas quatro crianças que se encontravam inseridas no ensino comum e que apresentavam, segundo indicações dos professores responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado, um quadro de deficiência intelectual, sendo acompanhados também os docentes das salas regulares frequentadas por esses sujeitos e os educadores especialistas que atendiam essas crianças no serviço de apoio.

A coleta dos dados foi realizada por meio de observações sistemáticas transcorridas durante todo o 2º semestre de 2010, tanto no período no qual as crianças selecionadas frequentavam as classes regulares, quanto durante as sessões do Atendimento Educacional Especializado. Essas observações foram orientadas por um roteiro previamente estruturado que focalizava as práticas pedagógicas desenvolvidas, o conteúdo acadêmico trabalhado e a natureza das atividades propostas. Esse procedimento foi complementado pela análise dos materiais produzidos pelos alunos de modo a oferecer informações sobre o seu processo de escolarização (MOSCARDINI, 2011).

As informações encontradas foram sistematizadas em um Diário de Campo, sendo, em seguida, estudadas segundo a teoria de análise de conteúdo de Laurence Bardin, o que possibilitou a organização desses dados em categorias analíticas construídas em torno de eixos comuns.

Resultados e discussão:

A análise da maneira como vem sendo implantadas as práticas pedagógicas adotadas com as crianças com deficiência intelectual tanto pelos docentes do ensino comum, quanto por seus colegas responsáveis pelo Atendimento Educacional Especializado verifica a necessidade de que as iniciativas propostas nesses contextos sejam reformuladas com vista a suprirem as urgências próprias a esses alunos. No que se refere às classes regulares, pode-se observar um quadro no qual as intervenções docentes são caracterizadas pela pontualidade, sendo orientadas para a solução de dificuldades específicas demonstradas pela criança durante a realização das atividades propostas. A intenção evidenciada pelo professor em auxiliar o aluno com deficiência

intelectual é facilmente observada, todavia, nem sempre esse docente consegue atender as necessidades apresentadas por esse sujeito, aparentando dificuldades claras em trabalhar com esse público.

Na maior parte dos casos a intervenção do educador do ensino comum se vale de orientações verbais que procuram ajudar a criança a sobrepôr um problema em particular que enfrenta ao tentar realizar a tarefa proposta. Apesar disso, esse docente oferece um apoio sistematizado ao aluno, fornecendo exemplos de como deve realizar a atividade em questão, garantindo atenção individualizada a essa criança. Esses momentos são raros, haja vista que o professor regente de classes regulares é impossibilitado de fornecer o apoio do qual a criança com deficiência intelectual depende em função das condições de trabalho precárias que lhes são oferecidas, tendo que conviver com salas superlotadas que inviabilizam a realização de iniciativas voltadas para as necessidades inerentes aos sujeitos que apresentam essa condição.

Essa realidade é reafirmada pela compreensão de que as intervenções realizadas pelos docentes das salas regulares com vista a auxiliarem as crianças com deficiência intelectual na realização das atividades oferecidas nem sempre alcançam o êxito esperado. Esses alunos não compreendem a ajuda fornecida pelo educador que, por sua vez, parece desconsiderar esse fato, se ocupando com outras tarefas. Nessa situação o aluno com deficiência intelectual, mesmo regressando para a sua atividade, não consegue concluí-la. Apesar disso, em alguns casos esse indivíduo compreende a orientação dada pelo professor, conseguindo terminar sua tarefa com êxito de forma a alcançar os objetivos por ela propostos, mesmo que esses momentos ocorram em menor escala se comparados à primeira situação.

Observando as práticas pedagógicas realizadas no contexto do Atendimento Educacional Especializado ofertado ao aluno com deficiência intelectual, verificou-se que as intervenções docentes empreendidas nessa realidade se valem essencialmente de orientações verbais. Essas intervenções são sistematizadas, uma vez que os educadores auxiliam constantemente as crianças, não se ocupando em sanar apenas as dificuldades pontuais expostas por esses sujeitos durante a realização das atividades. A maior atenção oferecida aos alunos com deficiência intelectual pode ser explicada pelo fato de que o atendimento garantido a eles ocorre de forma individual ou em grupos reduzidos de, no máximo, três crianças. Nesse ambiente o educador tem mais possibilidade de suprir as demandas trazidas por esse público em comparação com o professor do ensino

comum, desenvolvendo um trabalho individualizado voltado para as necessidades de aprendizagem que apresentam. As condições de trabalho garantidas a esse profissional permitem que estruture iniciativas de ensino diferenciadas, se valendo de instrumentos que não são oferecidos ao seu colega regente de classe comum e que conseguem despertar o interesse, mesmo que momentâneo, das crianças atendidas.

Os educadores do Atendimento Educacional Especializado também oferecem aos seus alunos orientações práticas, se ocupando em ofertar exemplos de como os exercícios propostos devem ser realizados. Essas intervenções se desenrolam com vista a sanar dificuldades pontuais apresentadas pela criança durante a efetuação de alguma tarefa, sendo orientadas de forma que esse indivíduo se mostre capaz de finalizar a atividade trabalhada. Nessas ocasiões o interesse do professor em ajudar seu aluno se mostra claramente, apesar de haver momentos onde esse profissional se nega, de forma direta ou não, a auxiliar esse sujeito. Essas situações ocorrem no término de cada semestre letivo, uma vez que nesse período o professor é obrigado a realizar a avaliação final das crianças atendidas, o que é feito a partir da estruturação de atividades nas quais o educador não pode intervir, buscando analisar os avanços e retrocessos apresentados por esses indivíduos.

Mesmo se mostrando dispostos a atenderem as necessidades apresentadas pelos sujeitos com deficiência intelectual, nem sempre os educadores do Atendimento Educacional Especializado conseguem suprir as exigências trazidas por essa população. Essa realidade denuncia o fato de que nem mesmo os docentes especialistas estão aptos a fazer frente às urgências inerentes a inclusão escolar desses indivíduos, expondo as lacunas inerentes à formação recebida por esses profissionais. Esse despreparo acaba por subsidiar uma prática pedagógica ancorada em baixos níveis de fundamentação teórica que restringe as diferenças cognitivas apresentadas pelos alunos ao nível da aparência física.

O professor do Atendimento Educacional Especializado enfrenta dificuldades em despertar o interesse das crianças com deficiência intelectual para o conteúdo trabalhado nesse serviço de apoio. Essa constatação se ampara em uma realidade na qual as intervenções realizadas por esse profissional nem sempre são compreendidas pelos alunos que, em alguns casos, retornam para suas atividades sem terem suas dificuldades superadas em razão de não terem assimilado a explicação fornecida por seu educador. Apesar dessa situação se constituir em uma prática corrente no serviço

especializado oferecido ao aluno com deficiência intelectual, na maior parte dos casos o docente se preocupa em acompanhar o aluno durante toda a realização da atividade, oferecendo atenção individual para esse sujeito, garantindo assim que esse indivíduo tenha suas dúvidas sanadas e fornecendo o amparo do qual ele necessita para concluir com êxito o trabalho em questão.

A proximidade existente entre o professor do serviço especializado e a criança atendida é constituída tendo como base a oferta de condições de trabalho nas quais esse profissional consegue desenvolver dinâmicas voltadas para as necessidades apresentadas pelo aluno, atendendo esses sujeitos de forma individual. Nessa realidade são garantidos a esse profissional os materiais de apoio dos quais necessita para elaborar práticas de ensino diferenciadas voltadas para o desenvolvimento físico e cognitivo do público abarcado por essa proposta de apoio, apesar das dificuldades que esses educadores enfrentam para utilizar, de fato, esses instrumentos, se deparando com questões de ordem burocrática que impõe barreiras para que o trabalho que deve ser implementado no Atendimento Educacional Especializado seja capaz de contribuir realmente para a inclusão escolar da criança com deficiência intelectual.

Ao acompanhar a dinâmica que caracteriza o ensino comum e o Atendimento Educacional Especializado, torna-se clara a descontinuidade existente entre essas realidades. Essa situação é consubstanciada pela discrepância observada nas atividades realizadas nesses ambientes, uma vez que os exercícios propostos nas salas regulares são voltados para o trabalho com o conteúdo científico, procurando garantir que a criança com deficiência tenha a sua aprendizagem acadêmica afiançada, enquanto o serviço de apoio secundariza o trabalho com as disciplinas escolares, implementando exercícios que permitem o desenvolvimento de outras habilidades que não as enfocadas pela escolarização regular.

No ensino comum não podemos notar uma preocupação por parte do professor em estruturar tarefas adaptadas que atendam as demandas inerentes a criança com deficiência intelectual, oferecendo a esses sujeitos as mesmas atividades ofertadas aos seus colegas de sala. Nas situações nas quais os educadores se mostram dispostos a elaborar dinâmicas diferenciadas com esses alunos, os exercícios propostos são caracterizados pela elementaridade, o que contribui para que a prática docente instituída com esse público seja marcada pelo emprego de iniciativas infantilizadoras.

No Atendimento Educacional Especializado a preocupação com a elaboração de um trabalho individualizado, orientado pelas necessidades trazidas pela criança com deficiência intelectual é mais facilmente observado. Todavia, da mesma forma que no ensino comum, as iniciativas operacionalizadas nesse contexto também são marcadas pela superficialidade, correspondendo a práticas pouco complexas que possibilitam apenas um desenvolvimento cognitivo limitado dos alunos atendidos.

Conclusões:

As discussões empreendidas nesse texto indicam a complexidade inerente ao processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência intelectual que passam a ser inseridos no ensino comum, sublinhando que a implantação dessa dinâmica inclusiva traz em seu bojo a urgência de que seja realizada uma reflexão sobre os processos de ensino-aprendizagem com vista a promover a construção de iniciativas no seio do sistema de ensino que favoreçam o desenvolvimento do pleno potencial cognitivo das crianças que apresentam essa condição. A esse respeito, mais do que propor ajustes curriculares que tenham como meta atender as demandas trazidas por essa população, é preciso possibilitar conhecimentos e condições de trabalho aos profissionais da educação para que possam realizar mediações pedagógicas que favoreçam o processo de ensino-aprendizagem desses sujeitos.

A construção dessa realidade passa pela realização de estudos que se debrucem sobre as práticas pedagógicas estruturadas com as crianças com deficiência intelectual, se ocupando de apresentar mecanismos que favoreçam o progresso acadêmico desses indivíduos e que gabaritem os educadores envolvidos no movimento inclusivo a reconhecerem as singularidades próprias aos sujeitos que se propõe a atender, condição primordial para que uma escola que ainda não conseguiu superar desafios antigos, como o do analfabetismo, seja reorganizada em torno de princípios democráticos que tornem possível a plena participação social de todas as pessoas, independentemente das individualidades que possam apresentar.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na educação básica: modalidade educação especial.** Brasília, 2009. 3 p.

DAINÊZ, D. **A inclusão escolar de crianças com deficiência mental: focalizando a noção de compensação na abordagem histórico-cultural.** 2009. 148 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 2009.

GOMES, W. O. **Inclusão escolar: um olhar na especificidade da aprendizagem do aluno com deficiência mental incluso no ensino fundamental.** 2005. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

MOSCARDINI, S. F. **Escolarização de alunos com deficiência intelectual em classes comuns e em Salas de Recursos Multifuncionais.** 2011. 194 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Araraquara, 2011.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual.** Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010. 280 p. (Coleção Docência.doc, 1).

SIQUEIRA, B. A. Inclusão de crianças deficientes mentais no ensino regular: limites e possibilidades de participação em sala de aula. In: BUENO, J. G. S.; MENDES, G. M. L.; SANTOS, R. A. (Org.). **Deficiência e escolarização: novas perspectivas de análise.** Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília: CAPES, 2008, p. 301-347.